



PODER

Um governo em compasso de espera

Ritmo lento da atual administração aliado ao corte de verbas traz dificuldade ao Planalto para manter operações da máquina pública

» HENRIQUE LESSA
» VICTOR CORREIA
» ROSANA HESSEL

Enquanto o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), segue recluso no Palácio da Alvorada, o Brasil corre o risco de paralisação de serviços básicos com a administração pública federal sem dinheiro após os sucessivos cortes nos recursos. O país deve continuar assim até 1º de janeiro, quando o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) subirá, pela terceira vez, a rampa do Planalto.

O ritmo lento da atual administração federal neste fim de ano traz dificuldades ao governo para manter as operações mais básicas em diversas áreas da máquina pública. É o que indicam os relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e os dados colhidos pelo gabinete de transição.

O problema foi admitido pelo próprio governo quando, no último dia 22, durante entrevista a jornalistas, o secretário especial do Tesouro Nacional e Orçamento, Esteves Colnago, apresentou mais um bloqueio de R\$ 5,7 bilhões ao Orçamento deste ano. Considerando os cortes anteriores, em 2022, o governo já passou a tesoura em R\$ 15,4 bilhões de recursos previstos para as mais diversas áreas do governo.

Para a economista Juliana Damasceno, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria, “o risco de paralisação da máquina pública sobre a cada bloqueio de recursos. E vale lembrar que, sem corte em outras despesas, a chance de desbloqueio é nula, porque a trava do teto continuará existindo”. Para ela, a aprovação da PEC da Transição reduziria esse risco, já que abriria um espaço fiscal de pouco mais de R\$ 200 bilhões. A especialista demonstra preocupação, contudo, quanto a clara definição desses gastos turbinados pelo novo espaço fiscal.

Essa bomba-relógio está marcada para explodir no colo do próximo presidente. Enquanto isso, a equipe de Lula corre para aprovar medidas, como a PEC, que possam garantir recursos,

não só para cumprir as promessas de campanha, mas tirar o governo federal dessa letargia que se acentua nos momentos finais do governo Bolsonaro.

Há setores fundamentais ameaçados, como a Operação Carro-Pipa, realizada pelo Exército sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que pode impactar na falta de água potável para até 1,6 milhão de pessoas que vivem em regiões semiáridas de Minas Gerais e do Nordeste. O governo emitiu uma portaria que libera um crédito suplementar de R\$ 21,4 milhões para a retomada, ainda nesta semana, do programa.

Insuficiente

Na segurança pública, o alerta veio com a suspensão da emissão de passaportes pela Polícia Federal em 19 de novembro. A mesma portaria liberou R\$ 37 milhões para a retomada, mas a avaliação é de que são necessários R\$ 74 milhões até o fim de dezembro para manter o serviço. Na Polícia Rodoviária Federal (PRF), os cortes já prejudicam o abastecimento e a manutenção das viaturas e podem colocar em risco a operação “RodoVida”, que envolve ações nas estradas durante as festas de fim de ano e no carnaval.

Outra atividade ameaçada é o patrulhamento das fronteiras, em especial na região amazônica, além da segurança durante a posse presidencial, apontou o senador eleito Flávio Dino (PSB-MA), coordenador do grupo técnico (GT) de segurança do gabinete de transição.

O grupo que se encontrou com o presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, recebeu da Corte de Contas relatórios onde observa-se que, em 2023, o orçamento para manutenção de serviços públicos na segurança pública tem um déficit de R\$ 600 milhões. A dotação prevista de R\$ 1,2 bilhão é insuficiente para a manutenção dos serviços atuais, orçados em R\$ 1,8 bilhão ao ano.

“Estamos demonstrando numericamente, com dados oficiais, que, ao prevalecer

Tércio Teixeira/AFP



Evento dos Agulhas Negras, no Rio, no sábado, foi o 1º compromisso aberto do presidente desde a derrota no segundo turno. Bolsonaro não discursou



Estamos demonstrando numericamente, com dados oficiais, que, ao prevalecer o contingenciamento, teremos um cenário preocupante (...) Das 214 ações do Plano Nacional de Segurança Pública, 109 estão paradas”

Senador eleito Flávio Dino (PSB-MA), coordenador do grupo técnico (GT) de segurança

o contingenciamento, teremos um cenário preocupante”, declarou Dino. “Das 214 ações do Plano Nacional de Segurança Pública, 109 estão paradas. Portanto, a Lei não está sendo cumprida”, acrescentou.

Saúde

Outra área de preocupação é a Saúde, onde o TCU apontou um apagão de dados sobre vacinas no país. “A auditoria mostrou não ser possível avaliar o cumprimento das metas de imunização, uma vez que não existem indicadores para cada grupo prioritário e faixa etária que indiquem cobertura vacinal”, disse o órgão, que também indicou a insustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) com base nos gastos públicos com o setor.

“Nós tentamos encontrar informações que pudessem nos indicar o tamanho do problema, qual seria sua dimensão, suas características em cada uma das diferentes regiões de saúde do país. Inacreditavelmente, não existe no Ministério da Saúde nenhuma informação que possa apontar qual é o tamanho do déficit, do maior problema de saúde vivido pela população brasileira”, disse o ex-ministro da Saúde Arthur Chioro, integrante da transição.

O orçamento da pasta foi detalhado pela transição na última sexta-feira, e apontou que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado pelo governo de Jair Bolsonaro ao Congresso traz reduções de até 59% nos programas de saúde pública. Com os maiores cortes na Saúde

Indígena e na Farmácia Popular, e em programas para formar profissionais como o Médicos pelo Brasil (anteriormente, Mais Médicos), estas iniciativas serão paralisadas em 2023 por falta de recursos se nada for alterado na PLOA.

Folga fiscal

Instituição que corre risco de colapso imediato, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) opera com um déficit de profissionais de 30%. E o risco de desabastecimento de medicamentos é imediato. Para o ano que vem, apenas na área da saúde, a fim de manter os serviços essenciais, o novo governo precisará encontrar uma folga fiscal adicional de R\$ 22,7 bilhões no orçamento do próximo ano.

Após duas semanas, Lula volta a Brasília

TV Globo/Reprodução



Ausente de Brasília nas duas últimas semanas, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desembarcou na capital na noite de ontem, acompanhado da futura primeira-dama, a

socióloga Rosângela da Silva, a Janja, e do ex-ministro Fernando Haddad (PT). Ele deve despachar nesta semana do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do gabinete de transição.

Defesa gasta R\$ 167 mil na auditoria das urnas

O Ministério da Defesa informou que gastou R\$ 167.239,65 na realização da auditoria para a fiscalização do sistema de votação eletrônica das urnas. Obtido pelo Correio via Lei de Acesso à Informação (LAI), o dado foi solicitado logo após o primeiro turno das eleições de outubro. O pedido inicial foi negado pela pasta. Apenas após um recurso — deferido após o segundo turno —, as informações foram fornecidas pelo ministério.

Na resposta enviada, a Defesa garantiu que o gasto foi todo para o pagamento de diárias e passagens aos militares envolvidos na missão. Sem contabilizar custos com pessoal ou a estrutura envolvida na atividade, a resposta da Defesa indicou um gasto de R\$ 41.507,60 em diárias, que são valores pagos diretamente aos militares, e R\$ 125.732,05 em

passagens aéreas para os deslocamentos durante a atividade de fiscalização das eleições.

O major do Exército Márcio Antônio Amite, integrante da comissão de fiscalização, foi quem realizou a viagem mais cara da missão. Saindo de Brasília, o militar esteve em Salvador, Belém e São Luiz, voltando para Brasília depois de nove dias. O percurso custou aos cofres públicos, entre passagens e diárias, o total de R\$ 18.110,07. Na mesma viagem, o major foi acompanhado pelo capitão Heitor Albuquerque Vieira, da Força Aérea, mas a conta do capitão foi R\$ 4 mil mais barata. Diferença explicada pelas patentes de cada um.

Entre os oito integrantes da comissão, o Capitão Vílc Queupe Rufino, da Marinha, foi o viajante mais frequente e o que apresentou a maior fatura ao erário.

Rufino, diferentemente da maioria dos colegas, vive no Rio de Janeiro. Durante o processo, além do deslocamento no trecho do Rio para Brasília, também esteve em Recife, Florianópolis e São Paulo. Com as cinco viagens entre setembro e outubro, ele apresentou a fatura de R\$ 26.186,85 em passagens e diárias.

A princípio, a Defesa alegava que “as ações da equipe de fiscalização das FA são realizadas em cuidadosa observância dos documentos normativos publicados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e realizadas em favor da Justiça Eleitoral” e que, “diante do exposto, a emissão de documentos ou um relatório parcial, baseados em fragmentos de informação, pode resultar-se inconsistente com as conclusões finais do trabalho, razão pela qual não foi emitido até o presente momento”.

TCU

O questionamento feito ao Ministério da Defesa também foi realizado ao Tribunal de Contas da União (TCU), que negou o pedido de cópia dos documentos em posse do órgão.

Na resposta assinada pelo presidente em exercício do órgão, ministro Bruno Dantas, que nega o acesso aos documentos, o ministro indica uma regra interna ao TCU que diz que o Tribunal só segue a LAI após uma decisão de mérito da corte, como aparece neste trecho da resposta: “Embora a regra na administração pública seja a observância do princípio constitucional da publicidade, ... entendo que no âmbito do TCU o art. 4º, § 1º, da Resolução -TCU 249/2012, ... confere o direito somente a partir do ato decisório: acórdão ou despacho do relator com decisão de mérito”. (HL)